

CORPO SÃO, CIDADE LIMPA: UMA ARQUEOLOGIA DO SANITARISMO E HIGIENIZAÇÃO EM BELO HORIZONTE, 1930-1960

ANGELA MARLENE VARELA
ERIK ALVES DE OLIVEIRA
ISABELA CRISTINA SUGUIMATSU
LUIZ ALBERTO SILVEIRA DA ROSA
MARIA JACQUELINE RODET
TALLYTA SUENNY
VALDINÊY AMARAL LEITE

RESUMO

O artigo tem por objetivo apresentar os resultados preliminares da pesquisa realizada no sítio arqueológico Trilha do Gambá, atualmente localizado nas dependências do Museu de História Natural e Jardim Botânico da Universidade Federal de Minas Gerais (MHNJB-UFGM), Belo Horizonte (MG). A partir da análise de documentos históricos e mate-

riais arqueológicos, investiga-se a construção dos discursos de sanitarianismo e higienização na cidade de Belo Horizonte, entre os anos de 1930 e 1960. Busca-se entender a maneira pela qual esses discursos penetraram nos hábitos, nas práticas e no consumo daquela população, com efeitos ainda sentidos no presente.

PALAVRAS-CHAVE

Arqueologia; sanitarianismo; higienização.

SOUND BODY, CLEAN CITY: AN ARCHAEOLOGY OF PUBLIC HEALTH AND SANITATION IN BELO HORIZONTE, 1930-1960

ABSTRACT

The aim of the article is to present preliminary results of research conducted in the Trilha do Gambá archaeological site, currently located inside the Botanical Garden and Museum of Natural History of the Universidade Federal de Minas Gerais (MHN-JB-UFMG), in Belo Horizonte (MG, Brazil). Based on analysis of historical documents and archaeo-

logical materials, the authors investigate the construction of public health and sanitation discourses in the city of Belo Horizonte between the 1930s and 1960s. We try to understand how these discourses penetrated the habits, practices, and consumption patterns of the population, producing effects still perceivable nowadays.

KEYWORDS

Archaeology; public health; sanitation.

SOBRE OS AUTORES

ANGELA MARLENE VARELA

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia / Arqueologia da Universidade Federal de Minas Gerais.

Contato: edi.marle14@hotmail.com.

ERIK ALVES DE OLIVEIRA

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia / Arqueologia da Universidade Federal de Minas Gerais.

Contato: erik_oliveira90@hotmail.com.

ISABELA CRISTINA SUGUIMATSU

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia / Arqueologia da Universidade Federal de Minas Gerais.

Contato: zorabela@gmail.com.

LUIZ ALBERTO SILVEIRA DA ROSA

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia / Arqueologia da Universidade Federal de Minas Gerais.

Contato: l Luiz.furg@gmail.com.

MARIA JACQUELINE RODET

Professora do Departamento de Antropologia e Arqueologia da UFMG.

Contato: mjrodet.ufmg@gmail.com.

TALLYTA SUENNY

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia / Arqueologia da Universidade Federal de Minas Gerais.

Contato: tallytasuenny@gmail.com.

VALDINÊY AMARAL LEITE

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia / Arqueologia da Universidade Federal de Minas Gerais.

Contato: valdineyal@msn.com.

SUBMETIDO EM

Novembro de 2015.

APROVADO EM

Novembro de 2015.

Este artigo tem por objetivo apresentar os resultados preliminares da pesquisa realizada no sítio arqueológico Trilha do Gambá, localizado nas dependências do Museu de História Natural e Jardim Botânico da Universidade Federal de Minas Gerais (MHNJB-UFGM), em Belo Horizonte, Minas Gerais.¹

A área do sítio aqui definida, ocupa uma área de 8.892 m² a qual foi utilizada para depósito, muito provavelmente, de lixo coletivo (doméstico e comercial) possivelmente entre as décadas de 1930 e 1960, período em que funcionava no local o *Espaço Experimental de Agricultura* e, posteriormente, o *Instituto Agrônomo* do estado de Minas Gerais. Na mesma época, concepções higienistas e modernizadoras guiavam as políticas públicas da cidade de Belo Horizonte. A instalação, em 1930, de um novo sistema de processamento de lixo, o Sistema Beccari², na região do atual bairro do Horto Florestal, demandava novos procedimentos técnicos em relação aos resíduos, tais como o aproveitamento da matéria orgânica para insumos agrícolas e o depósito dos resíduos sólidos em locais específicos. Da mesma forma, espelhava a redefinição dos novos valores e modelos de comportamento que passaram a ser vigentes naquela sociedade. Uma redefinição que, baseada num discurso médico e científico, pressupôs mudança também no nível dos objetos, métodos e conceitos.

Na medida em que institucionalizado, o discurso médico-higienista – o higienismo teve grande visibilidade no Brasil a partir de fins do século XIX – pode ser notado não somente nos decretos que regiam os espaços públicos (como forma de implementar uma nova ordem social ligada à noção de progresso e civilidade), mas também nas práticas diárias da população (por meio da implementação de novos valores morais, que condicionavam hábitos particulares e cuidados com o corpo). O higienismo, assim, não deixava de se manifestar na esfera do consumo material, realizado nos espaços domésticos.

Esse mecanismo de poder, no qual as ações realizadas pelas instâncias político-administrativas visavam à produção de comportamentos específicos, tanto individuais como sociais, é o que Michel Foucault chamou de *tecnologias positivas do poder* (Foucault 2002: 59). Na modernidade, o poder não somente é exercido de maneira restritiva, baseado na exclusão, proibição ou na reação negativa; o fundamento do exercício do poder é, agora, baseado em um modelo de inclusão,

1 Desenvolvida do âmbito da Disciplina de Métodos e Técnicas de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Antropologia/Arqueologia da Universidade Federal de Minas Gerais, sob a coordenação da prof. Maria Jacqueline Rodet, durante o segundo semestre de 2014.

2 Trata-se de um sistema para fermentação de resíduos sólidos em celas de compostagem, depois de passar por processos físicos, químicos e biológicos (Oliveira 1997; Leal e Sarmento 2013).

interpelação, cuja aproximação – sutil – com os indivíduos é internalizada no nível das vontades, desejos e ações. É, portanto, “um poder positivo, um poder que fabrica, um poder que observa, um poder que sabe e um poder que se multiplica a partir de seus próprios efeitos” (Foucault 2002: 59-60). Nessa concepção, o poder se expressa ativamente nas práticas sociais, de modo que quando alguém exerce sua individualidade, seja por meio da realização de sua vontade, seja na escolha de produtos de consumo, vocaliza, na verdade, o poder já internalizado. As hierarquias sociais, as formas de pensar e os discursos – no caso, o discurso médico-higienista – estruturam-se internamente, adestrando o corpo e as vontades.

O foco desta pesquisa está, justamente, nas formas com que esse discurso se expressou de “dentro para fora”, ou seja, nas escolhas coletivas, mas também individuais, que nortearam o consumo de determinados itens de uso doméstico voltados para os cuidados com a higiene e a saúde. Tais itens, por sua vez, puderam ser acessados por meio da pesquisa arqueológica e interpretados, assim, a partir de outros olhares – não do ponto de vista institucional, mas dos sujeitos, ou seja, os moradores da cidade de Belo Horizonte, os quais produziram tal lixo.

A pesquisa consistiu em um levantamento bibliográfico sobre o local onde atualmente está implantado o MHNJB-UFMG, tendo por objetivo entender as diversas ocupações que recebeu ao longo do tempo e, assim, compreender seu papel em relação à história da cidade. Foi realizada, ainda, a análise de uma amostra de 401 fragmentos de materiais arqueológicos provenientes de um dos acúmulos de lixo encontrados no setor (*abertura 16*). Desse total de fragmentos, identificou-se um mínimo de 45 peças, entre as quais figuram frascos de remédios e cosméticos, fragmentos de filtros para água em cerâmica, garrafas de vidro de coloração variada, além de uma grande quantidade de louças de produção nacional, em sua maioria branca. Apesar de não se ter certeza sobre a origem dos materiais ali depositados, no que se refere ao tipo (doméstico ou comercial), ao estrato social ou à região da cidade de que era proveniente, pôde-se perceber que houve um processo de articulação daquela sociedade a um projeto de modernidade baseado no controle social, presentes nos mais diversos aspectos da vida material cotidiana.

2 - O SÍTIO TRILHA DO GAMBÁ E A PESQUISA

O MHNJB-UFMG está localizado na terceira maior área verde do município da capital mineira (bairro Horto Florestal), caracterizada por preservar aproximadamente 60 hectares do bioma Mata Atlântica. De modo geral, além da mata atlântica nativa, a vegetação local é composta por arboretos, frutíferas, plantas e árvores ornamentais que foram introduzidas no intuito de prover alimentos aos

animais nativos, como os macacos-prego, cutias e micos (Faria *et al.* 2009).

O sítio arqueológico *Trilha do Gambá*, especificamente, está inserido em uma *Área Recuperada* (Faria *et al.* 2009), a uma cota de 898 metros de altitude (Figura 1). As áreas circunvizinhas apresentam vegetação mais densa quando comparadas com a do sítio, o que nos permitiu cogitar que o local foi desmatado quando o sítio estava sendo utilizado em seu contexto sistêmico (no caso, possivelmente para o depósito de lixo) e, após ser abandonado para essa finalidade, passou por um processo de regeneração. Em relação à área total do Museu, o local onde os vestígios arqueológicos aparecem está localizado em uma das partes mais elevadas do terreno, cujo relevo, levemente sinuoso, inclina-se de oeste para leste (Figura 2). Na face leste, há a ocorrência de drenagens e de um pequeno lago (Lago da Paineira).

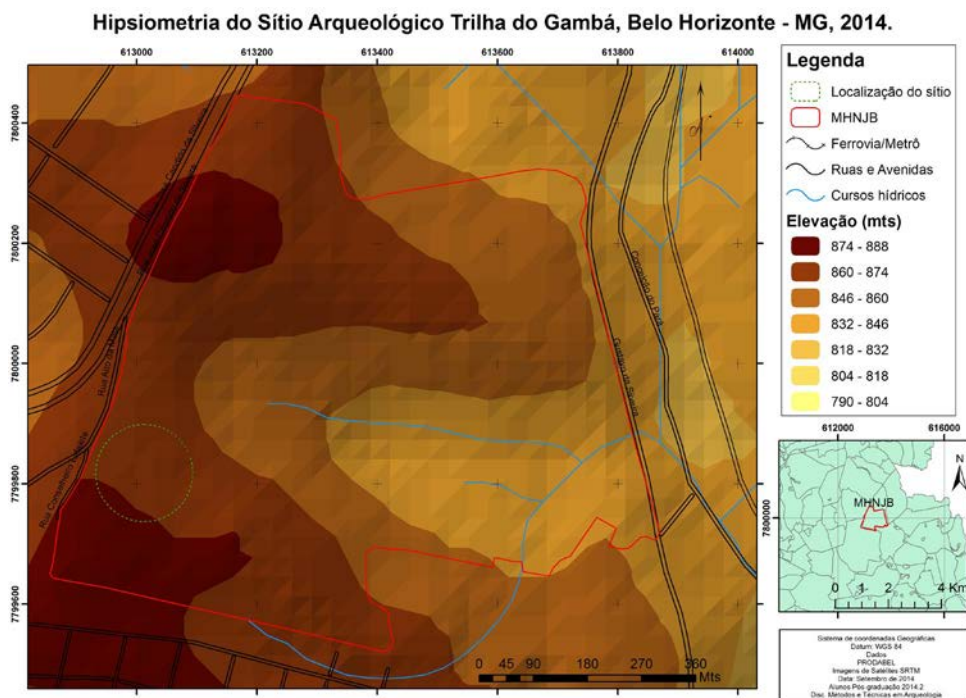
Apesar do elevado grau de antropização da área, foi possível identificar

Figura 1: Sítio Trilha do Gambá e vegetação com intervenções para plantio de árvores.



Fonte: dos autores.

Figura 2: Mapa hipsiométrico do sítio Trilha do Gambá.



Fonte: dos autores.

pequenos montículos de formação intencional na superfície do terreno; alguns, com grande concentração de materiais arqueológicos. Tais montículos, resultantes dos depósitos de lixo, mas também das perfurações atuais para o plantio de árvores, tornaram possível a visibilidade do sítio arqueológico, assim como a grande quantidade de fragmentos de materiais arqueológicos, sobretudo de vidros e louças, que afloraram em superfície pela ação antrópica constante no local (limpeza de trilhas, passagens de pedestres, plantio de árvores, capina etc.). Levando-se em consideração as características do terreno, também é possível que parte do material depositado em superfície tenha sido deslocado para áreas mais baixas em função de eventos naturais (chuva/enxurrada).

O material analisado é proveniente da coleta realizada por funcionários do Museu durante o plantio de árvores. Para não se cortarem durante a perfuração, os funcionários recolheram o material encontrado no interior dos buracos, acumulando-o em montículos de sedimento próximos aos pontos escavados. Os buracos, que apresentaram em média 70 cm² de profundidade e que já estavam abertos quando da chegada da equipe em campo, serviram de referência para

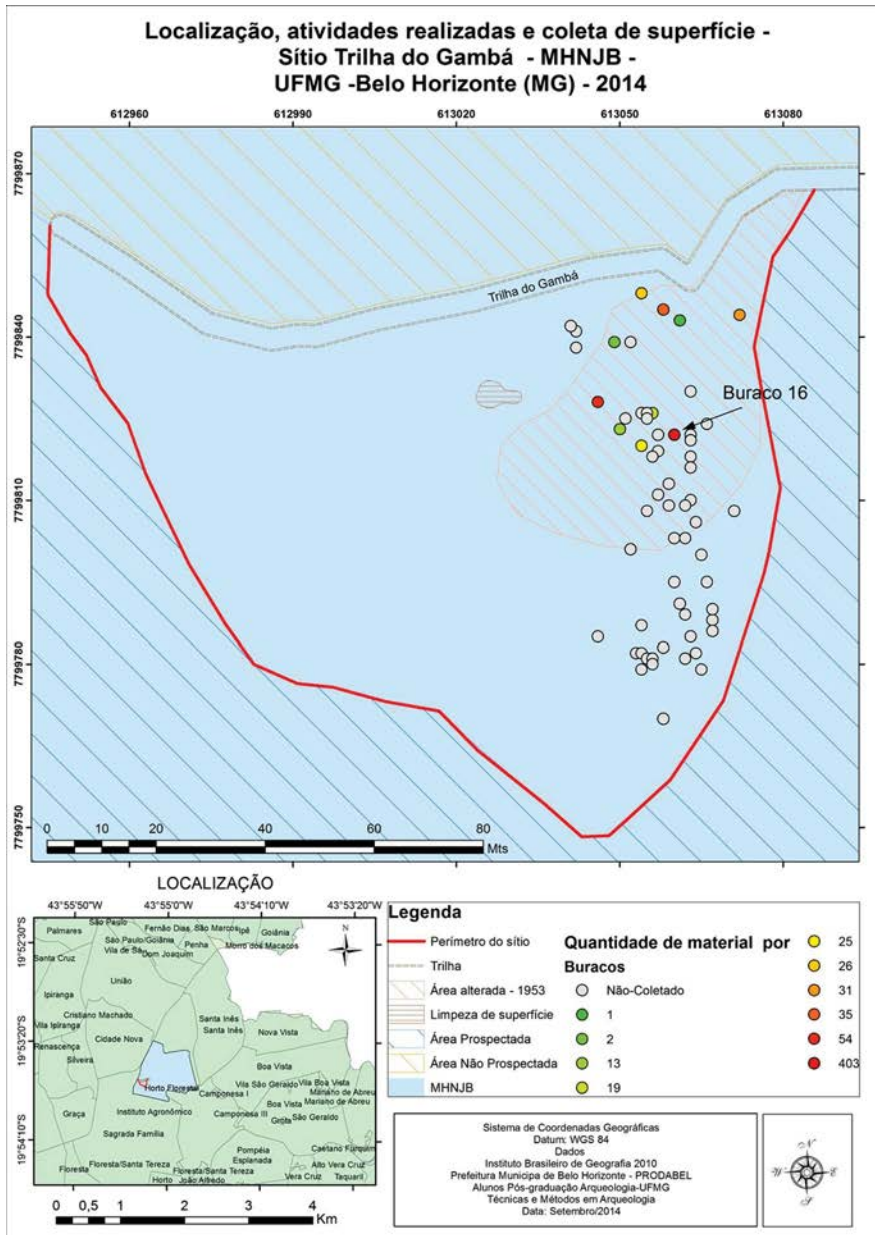
identificar a estratigrafia do terreno. Foi possível identificar duas camadas: a primeira, de 0 a 25 cm de profundidade, de coloração cinza-escura e textura areno-siltosa, apresentou serapilheira, material orgânico em decomposição e material arqueológico associado; a segunda camada, de 26 a 45, de latossolo vermelho-amarelo e textura silto-argilosa, não apresentou material arqueológico.

Devido à pequena espessura apresentada pelo depósito nesses setores, é possível pensar que o material arqueológico proveio de um evento deposicional de curta duração e relativamente recente (como apontaram as análises apresentadas na sequência). No entanto, é importante destacar o limite do trabalho, que em virtude da natureza preliminar da pesquisa (de curta duração), as análises realizadas até então são ainda pouco representativas do sítio arqueológico como um todo, sendo necessária a realização de estudos futuros que considerem uma maior quantidade de áreas para prospecção e de material para a amostra. Ressalta-se, ainda, que dentro da área delimitada (Figura 3), em locais onde não há buracos atuais (setor noroeste), foi observada grande quantidade de louças semi-inteiras (xícaras, pires etc.), frascos de vidro de tamanhos variados, pequenas garrafas em excelente estado de conservação.

A delimitação do sítio foi realizada a partir da dispersão do material arqueológico em superfície, somando-se uma área de provável deslocamento. Desta forma, foi possível notar a coincidência entre a área de maior concentração de material arqueológico e a vegetação de *Área Recuperada* (representada pelas linhas diagonais na Figura 3). No mapa abaixo, os pequenos círculos representam os buracos realizados pelos funcionários do Museu. Os círculos em branco correspondem àqueles em que não foram realizadas coletas; os que se inserem no gradiente de cores que varia do verde ao vermelho (indicando a densidade de material), correspondem aos buracos da coleta.

Apesar das coletas terem ocorrido em onze buracos, o caráter inicial e fechado desta pesquisa limitou as análises apenas ao material extraído da *abertura 16*, selecionada em função de sua maior representatividade em relação às demais aberturas.

Figura 3: Mapa de distribuição espacial e densidade dos buracos cavados pelos funcionários do MHNJB-UFG; Perímetro do sítio com áreas prospectadas e não prospectadas.



Fonte: dos autores.

O Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG iniciou sua história no bairro belorizontino do Horto Florestal no ano de 1969, a partir de um convênio estabelecido entre o governo de Minas Gerais e a Universidade Federal. Antes dessa data, no entanto, o local passou por diversos usos e acompanhou o processo de crescimento e modernização da capital mineira, atuando, muitas vezes, como importante suporte para o estabelecimento de projetos políticos que envolveram a cidade e seus cidadãos.

Quando fundada, em 1897, a cidade de Belo Horizonte foi planejada para abrigar, no então chamado Curral del Rei, três áreas de ocupação: a área central ou urbana, que recebeu infraestrutura de saneamento, assistência médica e transportes e onde se concentrariam os edifícios públicos e o comércio; a área suburbana, que previa um espaço de crescimento da cidade para além dos limites da área central, mas que não recebeu de imediato infraestrutura urbana e, por último, a área rural, composta por fazendas e pequenas chácaras que abasteceriam a cidade (Arreguy e Ribeiro 2008: 9).

Localizada na área rural, a antiga Fazenda Guimarães compunha uma extensa área que abrange grande parte dos atuais bairros da zona leste da cidade, entre os quais se inclui o Horto Florestal. Com o tempo, a Fazenda foi sendo dividida entre os herdeiros, dando origem a fazendas menores, como a Fazenda Boa Vista, localizada nas proximidades onde hoje se encontra o MHNJB da UFMG. Com o plano de urbanização da cidade, a Fazenda Boa Vista, destinada à lavoura e criação, foi desapropriada, em 1898, pela Comissão Construtora da nova capital para a instauração de Colônias Agrícolas, como a Colônia Córrego da Mata, na área dos atuais bairros de Santa Tereza, Floresta, Horto e Sagrada Família. Essas colônias serviriam para prover a área urbana de alimentos e demais insumos necessários.

Com o crescimento populacional da cidade, em 1912, as Colônias Agrícolas, que antes faziam parte da zona rural, foram incorporadas à zona suburbana de Belo Horizonte. Dessa forma, sua urbanização passou a ser controlada pela Prefeitura. Nessa mesma data, com o objetivo de impulsionar as atividades agroindustriais, a região do Horto, e o que hoje abrange o MHNBJ-UFMG, foi transformada no chamado *Espaço Experimental de Agricultura*, local que cultivava mudas e as distribuía aos lavradores de várias partes do estado (Abras 1998: 7).

Na década de 1920, houve grandes transformações na região, com a criação de vilas operárias nos arredores da zona urbana. Algumas dessas vilas, que deram origem a bairros como Sagrada Família, Pompéia, Horto, Esplanada, Paraíso, Saudade, Vera Cruz e Instituto Agrônômico, foram formadas próximas aos locais

de trabalho dos operários, já que a zona urbana era habitada pela burguesia local (Arreguy e Ribeiro 2008:20). Nesse contexto, em 1928, foi criada a vila operária Edgar Wernek, que somente em 1982 ganhou o nome oficial de Horto.

Por ser uma área ainda afastada da zona urbana e por concentrar grande área verde, a região serviu como refúgio de muitos políticos, que buscavam sossego e tranquilidade profissional. Data desse período a construção do chamado Palacinho (que hoje é sede do Centro de Referência em Cartografia Histórica, localizado no interior do Museu de História Natural da UFMG).

Característico da arquitetura eclética, o Palacinho serviu inicialmente como local de veraneio para férias e finais de semana de governadores mineiros, então chamados Presidentes do Estado. [...] Mais tarde, antecedendo a Revolução de 30, especulava-se que a construção teria sido palco de inúmeras reuniões governamentais. A agitação pela qual passava o país forçava o retorno de políticos mineiros à Belo Horizonte, residentes no Rio de Janeiro, tendo um desses, o Senador do Partido Republicano Mineiro Adiel Diniz Filho, fixado residência no Palacinho, juntamente com sua família a convite do Governador Antônio Carlos (Abras 1998: 23).

Segundo informações orais coletadas por Abras (1998: 77) governadores como Arthur Bernardes (mandato de setembro de 1918 a 1922), Olegário Maciel (de agosto de 1924 a dezembro de 1924 e de setembro de 1930 a setembro de 1933) e Fernando Melo Viana (de dezembro de 1924 a setembro de 1926) “despachavam” importantes documentos no Palacinho, quando ainda não havia sido construído o Palácio das Mangabeiras (inaugurado apenas no governo de Juscelino Kubitschek, de 1950 a 1955).

A região do Horto ganhou ares de bairro somente na década de 1930, coincidindo com a inauguração da linha de trem da antiga Central do Brasil. A ocupação dos lotes foi muito influenciada pelas oficinas de preparação das máquinas e estações da linha férrea na região. A maioria de seus moradores eram trabalhadores ferroviários.

Na década seguinte, o *Espaço Experimental de Agricultura* também serviu de palco para a realização de uma série de cursos, que fizeram parte de um projeto da Secretaria de Agricultura do Estado para o Reflorestamento da região do Horto. Dando sequência a esse projeto, em 1941, foi criado o Parque Florestal do Instituto Agrônomo de Minas Gerais, o qual, em 1953, daria lugar ao Instituto Agrônomo, com sede na área do atual Horto Florestal (Figura 4). O Instituto tinha como objetivo promover experimentações e pesquisas sobre os ramos da agronomia, bem como incentivar a produção agrícola no estado. Foram construídas instalações, entre as quais um edifício de 530 m², com dois pavimentos, onde seriam localizados os laboratórios de botânica, citologia, fisiologia, silvicultura e plantas ornamentais

(hoje o edifício abriga a secretaria e biblioteca do Museu). Ainda sobre as instalações, Abras (1998) descreve que:

Figura 4: Imagem aérea da região do Horto Florestal, com foco para a área do Instituto Agrônômico, em 1953.



Fonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

Também foram construídas 6 casas para os técnicos do instituto, que, mantidos pelo Estado, ali passaram a residir com suas respectivas famílias. Atualmente essas casas encontram-se ocupadas por pesquisadores do Museu de História Natural. A casa do diretor da entidade, por sua vez, localizava-se em meio a mata do Horto Florestal, onde eram preparadas as refeições servidas aos presidentes do Estado, quando os mesmos se hospedavam no Palacinho (Abrás, 1998: 9).

Em fins dos anos 60, a manutenção do Instituto tornou-se onerosa a para o Estado e, em 1968, o lote foi cedido à Prefeitura, tendo

[...] a área do Instituto Agrônômico dividida e doada a outras entidades não ligadas à agricultura, hoje áreas institucionalizadas pela Fundação do Bem Estar do Menor (FEBEM); Serviço Federal de Processamento de dados (SERPRO); Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Centro Educacional Tecnológico Científico (CETEC); Fundação João Pinheiro e o Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG. Tal solução colocou sob risco a área de 138 hectares, dividida entre floresta nativa e artificial (Abrás 1998:11).

Num período de 10 anos, de 1969 a 1979, uma área total de 600 m² foi cedida à Universidade para a formação do Jardim Botânico e instalação do Museu de História Natural.

3.1 - A MODERNIZAÇÃO DA CIDADE E O HIGIENISMO NOS ESPAÇOS PÚBLICO E PRIVADO

Durante toda a primeira metade do século XX, a busca por uma cidade ideal com ares civilizados demandava o desenvolvimento de um plano urbanístico e pedagógico, o que resultou numa maior vigilância sobre a cidade e seus moradores (Chalhoub 1996; Henriques 2005; Sarges 2002). A educação cívica ajudaria a combater superstições e, na visão da época, a 'ignorância' da população, preparando a sociedade para os tempos novos do progresso. Urbanizar a cidade – e, no mesmo sentido, moralizar a sociedade –, pressupunha o *sanear*, ou seja, a redefinição dos valores e dos modelos de comportamento para que se entrasse em sintonia com as mudanças na cidade (Henriques 1997).

Nesse projeto modernizador, destacou-se o papel dos médicos e engenheiros. Uns eram responsáveis pela saúde e bem estar das pessoas e outros, amparados pela política urbanística e sanitária vigente, regulavam a arquitetura das casas e dos espaços públicos; ambos, todavia, contribuíam para normatizar o comportamento dos cidadãos. Em seus congressos especializados, arquitetos travavam calorosas discussões sobre o nivelamento das ruas e habitações dos novos povoados, bem como sobre as regras que deveriam ser aplicadas nas construções (inclusive privadas)

das cidades (Fonseca 2013). Entre os assuntos debatidos pelos engenheiros encontravam-se, igualmente, preocupações quanto aos costumes dos habitantes da cidade. Em 1898, por exemplo, é promulgado o primeiro *Código de Posturas da Cidade de Minas*, que estabeleceu um plano geral da cidade, criando mecanismos de controle dos espaços públicos e privados cada vez mais refinados. Os Códigos de Posturas, comuns em várias cidades brasileiras da época, eram conjuntos de leis que tinham por objetivo disciplinar o comportamento das pessoas para a construção de uma cidade moderna baseada nos princípios do embelezamento, seguridade, higiene e salubridade (Baima 2011: 1). No caso mineiro, o Art. 36, referente às normas para edificação dos prédios, observam as seguintes prescrições:

1.º A altura mínima do primeiro pavimento será de 4.^{ms} 50, a do segundo de 4.^{ms} 0 e a do terceiro de 3.^{ms} 80;

2.º Os prédios construídos nas esquinas de ruas ou avenidas terão o canto arredondado, quando o ângulo formado pelos alinhamentos fôr recto; quando o ângulo fôr agudo, terão o canto chanfrado, formando uma face de 2.^{ms} 50 de largura, no mínimo.

Exceptuam-se dessa disposição os prédios que forem construídos nas esquinas de cruzamentos em que existam outros já construídos, observando-se neste caso as disposições destes outros prédios que estejam em idênticas condições relativamente aos ângulos dos alinhamentos;

3.º O pavimento ao rez do chão ou será cimentado sobre uma camada de concreto de pedra britada ou cascalho miúdo, cimento e areia de 0.^m 20 de espessura, ou será assoalhado, assentando-se os barrotes sobre uma camada de areia lavada, cascalho ou moinho de carvão, de 0.^m 30 de espessura, encbendo se também os intervallos entre os barrotes dos mosmos materiaes;

4.º Não serão permittidos porões de altura inferior a 0.^m 80, e serão estes providos de mesaninos externamente e aberturas nas paredes internas que permittam franca circulação de ar e penetração de luz. Só poderão ser habitados ou aproveitados para qualquer mister, quando tenham altura superior a 2.^m 50 e neste caso terão o pavimento nas condições do numero anterior, as paredes rebocadas e caiadas e os mesaninos de dimensões não inferiores a 0.^m 60X0.^m 40;

5.º Terão abundancia de ar e luz directa em todos os compartimentos;

6.º As areas centraes serão sufficientemente largas, proporcioaes a altura do predio e terão calçamento estanque e serão providos de ralos destinados ao escoamento das águas pluvias;

7.º As fachadas obedecerão ás regras da esthetica architectonica e serão encimadas com p'atibandas, quando estiverem no alinhamento da rua, avenida ou praças, ou poderão ter as beiradas do telhado prolongadas, nunca além de um metro, porém, providas de caibas e conductores para as aguas pluvias;

8.º Os mesaninos, oculos, janellas e portas terão as proporções devidas afim de darem luz e ar em quantidade sufficiente;

9.º As escadas rectas que se elevarem a mais de 2.^{ms} 50 serão divididas em

dous ou mais lances, com interposição de patamares.

10.º Os corredores maiores de 8,^{ms} 0 de comprimento deverão receber luz directa e terão a largura mínima de 1,^m 40 ;

11.º Todos os tectos, inclusive os dominados por soalbos superiores, serão ventilados por meio de grêgas de madeira ou tãla de arame, collocadas entre a cimalha e o fôrro.

12.º Todo o pavimento terreo será elevado de 0,^m 20, pelo menos, sobre o nivel da calçada;

13.º Todos os commodos destinados a dormitorios terão as janellas providas de venesianas, podendo estas fazer parte dos caixilhos das vidraças.³

Observa-se nas regulamentações a importância das questões de luminosidade e ventilação. Além da fiscalização das construções, os costumes da população também foram alvo de regulamentação. Os cabarés, bares, salões de jogos e bordéis foram considerados espaços corruptores não só do corpo, como da alma. Havia ainda grande preocupação com a vadiagem, o afastamento dos mendigos dos espaços públicos frequentado pelas elites e o isolamento dos doentes, sendo muito comum no período, a prática das quarentenas e a construção de hospícios, onde os “doentes mentais” seriam apartados da sociedade sã (Costa e Arguelhes 2008). A mendicância foi censurada várias vezes no *Diário de Notícias* e a prefeitura criticada por não *limpar a cidade* desses individuos que impregnavam as ruas (Henriques 1997).

Os higienistas passaram a criticar também a medicina popular e a venda, pelos “charlatões”, de remédios que se diziam a cura para todos os males, as então chamadas panacéias, valorizando, em seu lugar, os remédios científicos. O começo do século XX foi marcado por um período de transformações na medicina científica e nas práticas farmacêuticas e médicas, estimuladas, sobretudo, pelo desenvolvimento de novas técnicas e teorias médicas, como a terapia antimicrobiana, gestadas durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1919) - (Elder 2006).

Até então, mais precisamente durante os séculos XVIII e XIX, as boticas e farmácias funcionavam como verdadeiros locais de assistência médica, onde se faziam a prescrição e manipulação dos medicamentos e a aplicação de procedimentos terapêuticos usuais no período, como a sangria, método que utilizava instrumentos encontrados à venda nas próprias farmácias. Em estudo a partir da cultura material recuperada em sítios arqueológicos domésticos, Tânia Andrade Lima (1996) analisou a emergência, entre a sociedade carioca do século XIX, de procedimentos cotidianos relacionados ao cuidado íntimo com o corpo, os quais eram baseados

3 MINAS GERAIS. “Decreto nº 1211, de 31 de outubro de 1898. Promulga as posturas da cidade de Minas”. *Imprensa Oficial de Minas Gerais*. Coleção das leis e decretos do estado de Minas Geraes em 1898, 1899.

na medicina hipocrática, também conhecida como medicina humoral. Segundo os princípios dessa teoria, os quatro elementos da natureza – água, terra, ar e fogo – teriam correspondência com quatro humores do corpo – fleuma, bÍlis negra, sangue e bÍlis amarela. Era necessário, para se ter uma boa saúde, adotar medidas como sangrias, purgas, vomitÓrios, suadouros etc. como forma de eliminar os humores e fazer o corpo entrar em equilÍbrio (Lima 1996:47). A enorme quantidade de frascos de substâncias laxantes, urinÓis, escarradeiras, entre outros utensÍlios encontrados nos espaços domÉsticos desse perÍodo demonstram o quão arraigado nas mentalidades e nas prÁticas cotidianas estavam tais princÍpios de saÍde.

A partir de fins do sÉculo XIX e inÍcio do sÉculo XX, os estabelecimentos farmacÊuticos passaram por um processo de transformaÇão, que acabaria por excluir de sua incumbªncia o preparo artesanal de substancias empregadas na cura de doenÇas, responsabilizando-se somente pela comercializaÇão de medicamentos já industrializados, agora prescritos e utilizados pelas ciªncias da saÍde. Data desse perÍodo, por exemplo, o surgimento da primeira Faculdade de Medicina no estado de Minas Gerais (1910), tornando o atendimento mÉdico especializado  populaÇão algo mais acessÍvel, o que antes era compensado pela atuaÇão dos farmacÊuticos, curandeiros e boticários. O advento da microbiologia, o desenvolvimento do campo da quÍmica e o afastamento das teorias e prÁticas hipocráticas possibilitaram o incremento de um grande nÚmero de novos medicamentos, mais eficazes e especÍficos no combate de doenÇas (Elder 2006).

Vários tipos desses remÉdios eram anunciados em periÓdicos correntes no estado de Minas Gerais. Fonseca (2013) apresenta a propaganda de um purgativo no jornal *O resistente*, de São João del Rei que, alªm de curar a prisão de ventre, afirmava ser eficaz nas afecÇões do estômago e fÍgado, dores abdominais, náuseas, gases, falta de apetite, boca amarga e cabeÇa pesada. A quarta e Última página do *O resistente* era sempre dedicada para a propaganda de remÉdios. No jornal *Gazeta de Minas* há igualmente anÚncios de remÉdios e tambªm de mÉdicos oferecendo vacinas e consultas.

No exemplar de 26 de Janeiro de 1896 observa-se a propaganda de um xarope que seria eficaz contra vários problemas respiratórios:

TIRO E QUEDA. Tosses rebeldes, bronchites, asthma e catarrhos pulmonares. Unico remedio que cura radicalmente, conforme se verifica pelos attestados medicos e de pessoas que o tªm usado, é O Xarope de Mulungú Composto Do Pharmaceutico A. Corrª Pinheiro. DEPOSITOS – RUA FREI CANECA N. 64, RUA GENERAL ARANHA N.150. RIO DE JANEIRO.⁴

4 GAZETA DE MINAS. DisponÍvel em: <<http://acervo.izap.com.br/>>. Acesso em outubro de 2014.

Dos exemplares disponíveis online do *Gazeta de Minas*, foi possível observar que o número de anúncios de remédios aumenta no século XX, principalmente a partir de 1910. Mais recentemente, o Catálogo de Vidros (Volume II) produzidos pelo Laboratório de Arqueologia (Guimarães 2015), apresenta coleções de frascos de medicamentos pertencentes ao Museu da Escola de Pharmacia da Universidade Federal de Ouro Preto. Os remédios são diversos: contra problemas pulmonares, indigestão, vermes, crescimento capilar, cabelos brancos, impotência sexual, anemia, aumento dos seios, sarna, etc. Remédios especializados para os homens, crianças e mulheres. Todos ao lado de propagandas diversas como de ferragens, escolas, artigos para presentes.

Alguns desses remédios afirmavam ser indicados por médicos e farmacêuticos. Nos primeiros anúncios da *Emulsão Scott* nos jornais de 1897, inclusive se observa o brasão da República Brasileira e a recomendação do Dr. Manoel Antonio Affonso Reis, Inspetor de Saúde do Porto do Estado do Rio Grande do Sul e Delegado de Higiene Pública. A extensão do controle sobre a vida social atingiu inclusive algumas atividades profissionais, como a dos barbeiros e cirurgiões (Figueiredo 1999). Não obstante, como é sublinhado por Chalhoub (1996: 9), esse cuidado com a salubridade urbana tinha como foco apenas determinado setor da população.

Quando Araão Reis elaborou a planta da cidade de Belo Horizonte, pretendia-se que a expansão urbana ocorresse do centro para a periferia. Entretanto, já nas primeiras décadas do século XX, o processo foi o inverso do desejado: a cidade expandiu-se a partir da zona suburbana. A ocupação desordenada agravava as carências sanitárias e de serviços públicos, como água, energia elétrica, pavimentação das ruas, transporte coletivo e esgotos (Araújo 1997). A situação precária dos subúrbios fora denunciada nos jornais da época que sublinharam a ocorrência de águas estagnadas e de odores que infestavam as ruas. A taxa de mortalidade infantil em alguns bairros carentes era elevada devido aos problemas sanitários.

Apesar de todo o planejamento na concepção da cidade, a concretização de alguns dos projetos foi tardia. O sistema de saneamento da cidade, por exemplo, só seria finalmente implantado no ano de 1916 (Fonseca 2013). Enquanto isso, os governantes tomavam outras medidas para higienizar a sua cidade, como a construção de instalações para o fornecimento de 50.000 mil litros de água a cada 24h. À implementação de infraestrutura estavam conjugados, como mencionado anteriormente, os *Códigos de Posturas*, que, entre outras coisas, proibiam que os indivíduos encostassem os lábios ao beberem água dos chafarizes municipais e que também lavassem objetos e roupas nessas fontes públicas.

Com o crescimento populacional, a ação policial se intensificou, a fim de manter

a ordem urbana.⁵ À polícia também era atribuída a fiscalização do cumprimento ao código de posturas municipais. Uma das atividades policiais estava associada ao saneamento e aos agentes de higienização. Segundo argumentou Simão (2012) sobre o manual de instruções para os serviços de guardas e vigias, datado de 1903, entre os serviços da polícia estava a fiscalização dos restos de construção civil:

Que se dispensem na via publica materiais de construção que embarcem o transitio ou as sarjetas, e bem assim os entulhos ou terras provenientes das obras, obrigando o depositante constructor, proprietário ou habitante da casa, conforme o caso verificado, a remover os materiaes no prazo que for fixado (Belo Horizonte 1903:4 *apud* Simão 2012:24).

Por um longo período, houve grande preocupação com a existência de gases, denominados de miasmas, que eram produzidos durante a decomposição e putrefação de matérias orgânicas, e que contaminavam tanto o solo quanto o ar. Tais miasmas seriam também os responsáveis pelas condições de insalubridade das cidades e pela propagação de epidemias (Henriques 2005; Reis 1991). Com isso, não apenas o lixo se tornou objeto de fiscalização, mas inclusive os espaços nos quais os mortos seriam enterrados (Reis 1991).

A acelerada urbanização, aliada a preocupações com a melhoria da higiene e do padrão de limpeza da cidade impulsionaram a incorporação de novos recursos para o tratamento do lixo, que já haviam sido desenvolvidos em outras partes do mundo, sobretudo em cidades europeias. Até 1930, o lixo produzido em Belo Horizonte era quase que exclusivamente tratado pelo sistema de forno de incineração, dando lugar, naquela data, ao moderno “Sistema Beccari”. Tal técnica, desenvolvida pelo italiano Giovanni Beccari em 1922, previa a fermentação dos resíduos sólidos em celas de compostagem, o que fez por inovar o processo de compostagem ao reduzir o período de fermentação de 180 para 40 dias (Oliveira 1997). No processo de compostagem orgânica, os resíduos orgânicos se transformam em matéria biogenética mais estável, depois de passar por processos físicos, químicos e biológicos (Leal e Sarmiento 2013).

O material orgânico era transformado em adubo e possivelmente utilizado pela prefeitura, em conjunto com o *Espaço de Experimentação de Agricultura*, no Horto Florestal de Belo Horizonte. O restante dos resíduos era doado a quem tivesse interesse ou simplesmente despejado em áreas próprias para esse fim (Tavares 2013). Na Fazenda do Horto, foram implementadas 50 celas, que estiveram em

5 Entre os anos de 1920 a 1930 a população de Belo Horizonte mais que dobrou, passando de 55.563 para 116.981 habitantes, cuja maioria se concentrava na zona suburbana e nas vilas operárias e agrícolas mais afastadas do centro urbanizado. Dados obtidos por meio dos censos de 1920 e 1930, consultados no portal *Estatísticas do Século XX*, do IBGE <<http://seculoxx.ibge.gov.br/>>. Acesso em 10 de novembro de 2014.

funcionamento até a década de 1960, quando o sistema Beccari foi desativado e os resíduos passaram a ser depositados a céu aberto, no chamado Morro das Pedras (Belo Horizonte 2000: 32-37). É possível que parte (ou a totalidade) do lixo encontrado no sítio Trilha do Gambá esteja relacionado a tal momento. Entretanto, ressalta-se, este trabalho é o início de um projeto de pesquisa que ambiciona ser bem mais extenso, no qual pretende-se, através de prospecções na área do museu e seu entorno imediato, escavações, estudo dos vestígios exumados, levantamentos orais e de arquivos municipais, uma pesquisa sistemática que permita um estudo amplo e profundo do assunto.

4 - FRASCOS DE REMÉDIOS E LOUÇAS BRANCAS: OS VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS

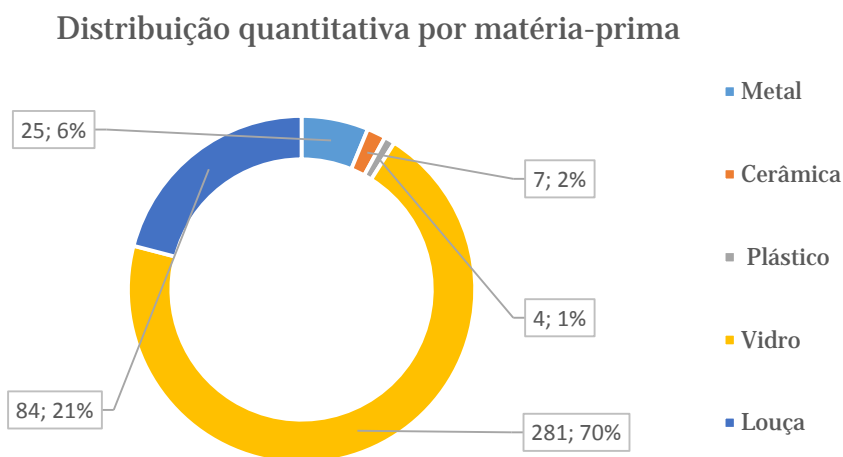
A arqueologia tem o potencial de acessar os modos pelos quais discursos, valores e hábitos materializavam-se na vida cotidiana das pessoas. A materialidade das práticas de higiene, dos cuidados com o corpo, com a beleza e com a saúde nos dizem muito sobre os padrões de consumo, sobre os gostos e escolhas de uma determinada sociedade. O que, então, fragmentos de frascos de vidros, de pratos e de xícaras teriam a nos dizer sobre aquela sociedade belorizontina de meados do século XX? A seguir, passa-se à análise das amostras coletadas nos acúmulos de lixo do sítio arqueológico Trilha do Gambá.

Como já citado, as amostragens em campo ocorreram por meios não invasivos, no que tange a equipe de arqueologia, seguindo apenas as perfurações realizadas pela equipe de apoio do Museu, como parte do esquema de replantio do cinturão verde do Jardim Botânico desta mesma instituição. Por outro lado, nota-se que a ação dos funcionários foi invasiva e gerou perturbações não controladas no registro arqueológico. O controle do processo de amostragem limitou-se, assim, à correlação da proveniência dos materiais com os buracos correspondentes. A consequência mais imediata dessa coleta foi a perda do controle deposicional original, não sendo possível uma avaliação explícita das relações dos vestígios *in loco*. Por não haver outra fonte informativa sobre as jazidas além do seu próprio conteúdo, os trabalhos foram concentrados na análise dos artefatos encontrados, tendo como objetivo central caracterizar a natureza da jazida arqueológica estudada. Buscou-se, assim, definir seu conteúdo e inferir possibilidades quanto a sua origem e temporalidade.

Para tanto, a ferramenta elegida foi uma classificação das peças a partir de parâmetros já estabelecidos em pesquisas sobre a temática (Majewski e Baker 2006; Lorrain 1968). O primeiro passo adotado foi a separação quanto à matéria-prima. Em seguida, essas categorias iniciais classificadas quanto às suas características

morfológicas e qualitativas. Concomitantemente, quando possível e de interesse, o processo foi relacionado a proporções quantitativas, no intuito de clarificar a incidência dentro da totalidade da amostra de cada atributo estabelecido ao longo do processo. É importante observar que na consideração deste trabalho como um primeiro esforço, optou-se pela eleição do material de apenas uma perfuração, a *abertura 16*, como universo amostral a ser considerado.

Gráfico 1: Representação da distribuição quantitativa dos materiais encontrados.



4.1 - DESCRIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO MORFOLÓGICA

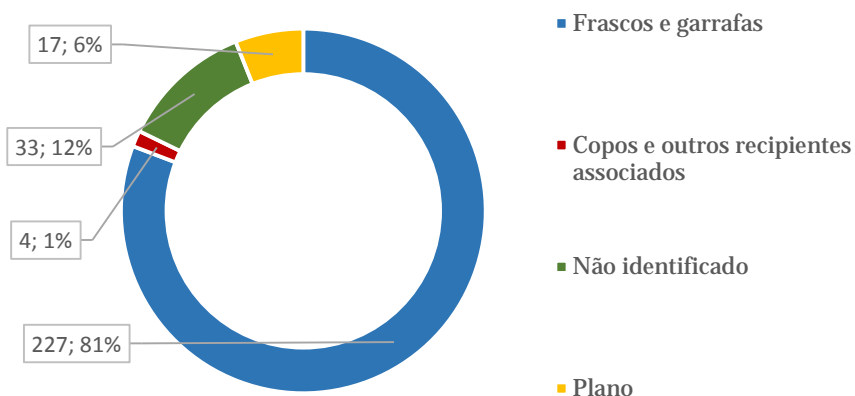
Foram analisados 401 fragmentos provenientes da abertura citada, os quais foram separados quanto à matéria-prima. Os tipos e quantidades podem ser observados no Gráfico 1.

Como é possível observar, os vestígios encontrados distribuem-se em cinco grandes categorias, que por sua vez se expressam em quantidades desiguais, com duas delas correspondendo a 91% do universo amostral total (vidros e louças). A ampla presença de vidros e louças na amostra é consonante com os padrões existentes em demais sítios históricos, cuja bibliografia aponta ambas as categorias como os vestígios mais incidentes no substrato arqueológico relacionado aos dois

últimos séculos XX (Lima 1989; Symansky 1997; 2002; Majewski e Baker 2006; Lorrain, 1968, entre outros). As análises específicas de cada uma das categorias estabelecidas apontam para os resultados apresentados na sequência.

Gráfico 2: Representação da distribuição quantitativa da classe dos vidros quanto à forma.

Distribuição da classe de vidros quanto a forma das peças



Os *vidros*, no que se refere à forma, são compostos em sua maioria por frascos e garrafas (81%), inteiros ou fragmentados, com uma parcela menor de fragmentos planos (6%) ou com formatos não identificados (Gráfico 2).

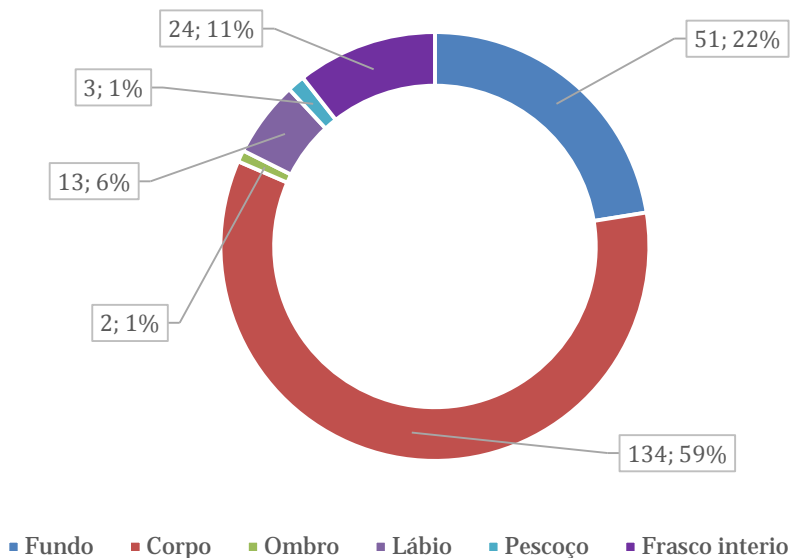
A categoria das garrafas e frascos, em especial, pode ser subdividida internamente considerando-se as unidades anatômicas que compõem esse tipo de material (Gráfico 3), como já definidas na bibliografia (Jones e Sullivan 1985; Lorrain 1968). Fragmentos do corpo da garrafa (59%) e do fundo (22%) foram as categorias mais expressivas na amostra. No que se refere à coloração, foram identificadas seis tonalidades distintas: transparente (70%), âmbar (18%), aquamarine (5%), verde oliva (4%), cobalto (2%) e verde oliva (1%) (Gráfico 4).

Nota-se que a maioria das peças da categoria dos vidros se encaixa dentro dos frascos e garrafas, sendo bastante representativa a incidência de objetos inteiros (Figura 5). No caso dos indivíduos fragmentados, foi possível perceber uma fácil associação dos fragmentos entre si, remontando diversas peças até um estado praticamente completo. Assim, podemos acreditar que o número inicial de frascos e garrafas inteiras era ainda maior, tendo estas sido fragmentadas em algum

momento do processo de descarte, muito provavelmente, devido à presença da maior parte dos fragmentos, de forma pós-deposicional. As colorações apresentadas na amostragem abrangem praticamente todo o tipo de coloração de vidros durante o século XIX (Lorrain 1968). Dessa forma, dentro do atual esquema de análise, não foi possível estabelecer parâmetros cronológicos precisos, limitando o escopo de possibilidade de fabricação entre as últimas décadas dos oitocentos até o presente. Associativamente, a única relação aparente é a de vidros planos, que se mantiveram em absoluto dentro da categoria “transparente”. Já no que se refere aos indícios das técnicas de manufatura, quando possíveis de serem discernidos, apontam para os processos de fabricação automatizada, com bocais de tampa de rosca. Ambos os processos são associados, e tem como data mínima de fabricação o final do século XIX e início do século XX (Jones e Sullivan 1985).

Gráfico 3: Distribuição da categoria garrafas e frascos quanto à forma das peças.

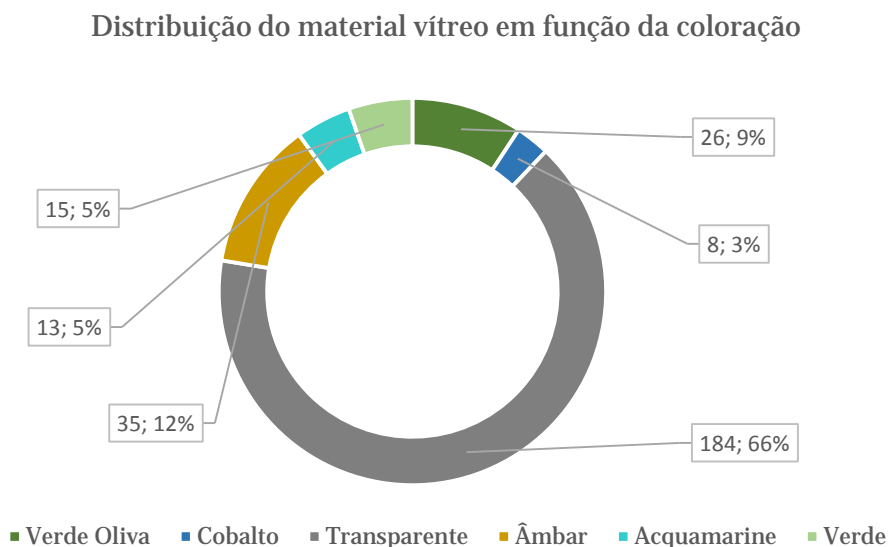
Distribuição morfológica da categoria garrafas e frascos quanto a forma



Na amostra coletada, foi possível identificar inscrições remetendo a produtos médicos específicos em cinco frascos, notadamente: *Linimento de Sloan*, *Medicamento Vera*, *Phytina*, *Aqua Velva*, e *Urodonal Chatelain*. A partir de

pesquisa em propagandas de jornais da primeira metade do século XX, período que contemplava a amostra coletada, foram identificadas as funções para que cada um desses medicamentos eram utilizados (Tabela 1).

Gráfico 4: Distribuição da classe dos vidros quanto à coloração.



Os produtos identificados, com uso associado a fins medicinais ou estéticos, apresentaram datas de fabricação variando entre o começo do século XX até cerca metade da década de 1980. Fato que chama a atenção é que todos esses produtos eram procedentes de empresas estrangeiras, o que pode ser indicativo do processo que ocorreu na época de substituição gradual das empresas farmacêuticas nacionais pelas internacionais.⁶ Ainda que não seja possível fazer uma associação direta dos usos medicinais com os demais frascos encontrados, uma vez que faltam informações contundentes, levando-se em conta as características similares entre as peças, não é de se estranhar que parte ou mesmo a totalidade dos frascos tivessem seu propósito associado a esse tipo de prática.

⁶ A presença de multinacionais ligadas à produção de medicamentos no Brasil teve início no final do século XIX, mas se intensificou a partir da década de 1930. Antes dessa data, os estabelecimentos nacionais dominavam o mercado de medicamentos, com empresas como Pinheiros, Moura Brasil Torres, entre outras. Na década de 1930, especificamente, já haviam se instalado no país 10 grandes laboratórios farmacêuticos estrangeiros: Bayer (1890), Rhodia (1919), Sidney Ross (1920), Laboratório Beecham (1922), Merck (1923), Andromaco (1928), Roche (1931), Glaxo (1936), Johnson & Johnson (1936), Ciba (1937) e Abbot (1937) (Elder 2006).

Figura 5: Demonstrativo de fracos de vidro inteiros encontrados na *abertura 16*. Observa-se a variedade de cores e formas.



Tabela 1: Relação de produtos específicos encontrados dentro da classe de vidros.

Nome	Período de produção	Aplicação	Proveniência
Linimento de Sloan	Registrada em 1910, expirada em 1992.	Medicamento para dores, recomendado para tratamento de reumatismo muscular, lumbago, ciática, dor de dente, contusões, torcicolo, torceduras, câimbras musculares, tensão e dor muscular.	Fábrica Warner Lambert (EUA)
Medicamenta Vera	Registrada em 1942, expirada em 1986.	Alérgicos, alternativos, amebicidas, analgésicos, anestésicos, antiasmáticos, antiabortivos, agentes antibactericidas, anticoagulantes, anticonvulsivos, antídotos, anti-hemorragicos, e outros.	Parke, Davis & Company (EUA).
Phyntina	Sem delimitação clara, sua existência é datada no mínimo das décadas de 1920 e 1930, quando era anunciada em jornais.	Sistema nervoso, neurastemia, excitabilidade, insônia, falta de memória, falta de apetite, esgotamento nervoso.	CIBA-GEIGY AG (Suíça)
Urodonal Chatelain	Registrada em 1907. Sua existência no Brasil é datada no mínimo da década de 1920, quando era anunciada em jornais.	Gota, reumatismos, arteriosclerose, dissolve o ácido úrico.	Établissement Chatelain (França)

O medicamento *Linimento de Sloan*, do fabricante norte-americano Warner Lambert, por exemplo, foi amplamente usado durante todo o século XX em todos os países latino-americanos, sendo bastante comum os anúncios em língua espanhola (Figura 6). Vale ressaltar que a propaganda de remédios foi introduzida na imprensa para atrair clientes para suas fórmulas, práticas e promessas de uma saúde perfeita. Com as imagens de propagandas à mão, os consumidores poderiam sonhar com os efeitos de determinado produto, que se apresentava, por meio dos desenhos e mensagens, como algo necessário para se alcançar os objetivos que aquela sociedade determinava como relevante (Bueno 2008).

A importância da vigilância higiênica e da medicina na época também se confirmava nos cuidados com a beleza, considerada aliada à saúde. Médicos e farmacêuticos tratavam da beleza com produtos considerados remédios: tônicos, loções e pós-higiênicos (Sant’anna 1995). No anúncio da loção *Aqua Velva*, cujo frasco foi encontrado e identificado na amostra, é possível notar a preocupação em dar ao rosto aspecto “juvenil e saudável”, de forma que o produto tinha a função de, ao mesmo tempo, embelezar e prevenir contra possíveis infecções (Figura 7).

Figura 6: Frasco de *Linimento de Sloan* coletado e anúncios



Extraídos de: *Revista Fon-Fon* (Rio de Janeiro), 1925,9(26):96 e <<http://www.eltonodelavoz.com/2011/04/19/?por-que-llamarle-«lineamiento»-cuando-debe-ser-«linimento»-cuba/>>.

Ao mesmo tempo, o desenvolvimento da indústria cosmética levou o sentido de “tratamento” associado à beleza a um nível mais profundo, cada vez mais enfático na busca pela higiene do corpo (pelos, unhas, cabelos) e dos espaços ligados às mulheres (suas casas). Para Denise Sant’Anna (1995), o destaque dado à higiene apontava às mulheres a necessidade de fiscalização dos locais onde a sujeira poderia se instalar, seja na residência ou no próprio corpo feminino, considerado uma extensão da mesma. Assim, a higiene era apresentada como uma característica feminina necessária, ligada ao papel específico da mulher na sociedade da época. Na amostra pesquisada, foram encontrados 8 frascos que lembram a forma dos

recipientes para esmaltes e cremes cosméticos – ainda que não se possa afirmar categoricamente. O esmalte foi criado a partir de estudos que desenvolviam pinturas para carro. De sua primeira versão, em 1925, ao final da década de 1930, o produto tornou-se tão popular, que várias atrizes de cinema já faziam sua propaganda nos filmes de Hollywood e nos anúncios de jornais (Sousa s/d).

Figura 7: Fundo de garrafa contendo a inscrição *Willians Aqua Velva*.



Coletado e anúncio de 1959, extraído de: <<http://estespublicitarios.blogspot.com.br/search/label/Aqua%20Velva>>.

As *Louças*, diferentemente da categoria dos vidros, não apresentaram (nessa amostra coletada) peças inteiras ou remontáveis, sendo composta apenas por fragmentos isolados. Devido a essa incompletude, muitas das informações iniciais, principalmente quanto à frequência e predominância de determinados atributos, como decoração e formas, não puderam ser definidos. Assim, optamos

por apenas relatar a presença dessas características, sem estabelecer apontamentos mais precisos a um nível quantitativo. Entretanto, vale ressaltar que se uma parte dos fragmentos indica a presença de uma louça fina, relacionada ao uso doméstico, outra parte dos fragmentos, com presença de bordas espessas, resistentes, presença de pequenos pires espessos, estão, muito provavelmente, relacionadas ao domínio comercial. Na primeira metade do século XIX, a faiança fina foi extremamente utilizada, no Brasil, na dimensão doméstica, aos moldes da Europa, o que gerou inovações nas técnicas de manufaturas. Na segunda metade do século, as louças brancas apresentam uma maior variabilidade tanto nas formas, quanto nos tipos de pastas que vão se tornando mais finos e ao mesmo tempo resistentes – ironstone e porcelana (Lima, 1989; 1999; Symansky, 2002).

Todas as louças podem ser enquadradas no esmalte no tipo *whiteware*, técnica inventada ainda em 1810, que se mantém popular, em razão do baixo custo de produção, até os dias de hoje (Tochetto 2001). Destaca-se que apesar da proliferação de peças *whiteware* no Brasil datarem de momentos mais recuados, durante as primeiras décadas do século XX, contemporâneo com o contexto da produção nacional, esse tipo de técnica foi associada a discursos higienistas. Tal discurso aproximava a imagem do branco homogêneo com a assepsia, descrevendo estes produtos como mais favoráveis a se manterem dentro dos padrões de salubridade quando submetidos a usos e lavagens (Souza 2012). A higiene adentrou o cotidiano das pessoas também nas práticas ligadas à alimentação e, nesse sentido, aos objetos que os continham: as louças e cerâmicas. Segundo Rafael de Souza (2012: 1147):

com o estabelecimento de novos comportamentos de higiene, como a prática de lavar os utensílios domésticos com água, primeiro em chafarizes e rios, e depois com água encanada e corrente, criou-se demanda para a qual a louça branca em faiança fina pareceu perfeita.

A preocupação dos consumidores, já embebecidos das concepções higienistas, com as “sujeiras” presentes nas louças (rachaduras, sinais ou bolhas) teve início em princípios do século XX, gerando uma demanda por melhorias em suas técnicas de produção.

Sobre as formas, alguns dos fragmentos maiores, ou pertencentes a partes anatomicamente distintas, como bordas, por exemplo, demonstraram a presença de pratos, pires, xícaras e malgas. A existência de outras categorias não pode ser verificada, bem como suas quantidades precisas. Apesar dos entraves, as informações obtidas são suficientes para associar as peças ao universo de consumo e preparo de alimentos, provavelmente integrando implementos como aparelhos de chá e jantar. Ressalta-se que na amostra analisada, as peças inteiras

estão relacionadas principalmente aos vidros (remédios e outros), enquanto os fragmentos não remontáveis pertencem a outras categorias, tais como, os pratos ou vasilhas relacionadas ao serviço de mesa. No entanto, de acordo com observações em outros montículos de lixo dentro da área do sítio, notaram-se outras categorias semi-inteiras ou remontáveis, tais como pires, xícaras e garrafas de refrigerantes. Assim, as reflexões sobre os processos de descartes, serão desenvolvidas em outro momento, quando os trabalhos de escavação no local e análise dos vestígios estiverem mais avançados.

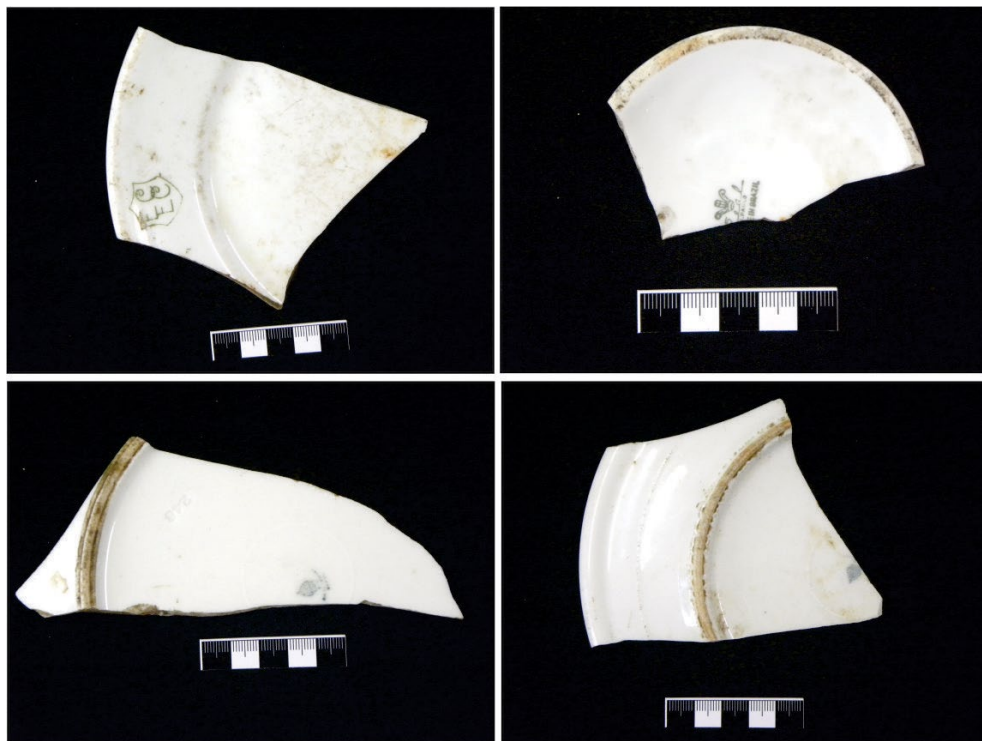
Vale ressaltar que a cor branca na louça tem outras interpretações: de acordo com T. A. Lima (1999), na primeira metade do século XIX, havia uma recorrência de louças com predominância de faiança branca e de peças impressas na cor azul e outras tonalidades. Isso muda na segunda metade do século, com a presença marcante de louças brancas, de morfologias variadas e pastas mais resistentes. De acordo com a autora, essa diferença está associada às esferas masculina e feminina. A cor azul estaria relacionada ao masculino, sendo a mesma inexistente na natureza, assim como os padrões decorativos a elas associados, tais como os geométricos. A louça branca estaria relacionada ao mundo feminino, ao domínio da natureza, tendo sido mais valorizada no segundo momento quando a mulher estava mais integrada à vida social.

No caso da decoração, foram encontrados 21 fragmentos de louças decoradas e 63 de louças brancas, sem decoração. Chama-se a atenção ao fato que a disparidade entre fragmentos decorados e não decorados pode estar ligada ao limite do estudo, o qual foi realizado, nesse caso específico, sobre fragmentos e não peças inteiras ou semi-inteiras. Assim, a quantidade de fragmentos não decorados pode estar super valorizada, haja visto, que algumas peças possuem decoração restrita a borda ou a pequenos setores.

A decoração presente é fruto da aplicação da técnica de aplicação de adesivo sobre o esmalte, a decalcomania (Souza 2013). No entanto, a mesma especificidade não foi obtida quanto aos estilos decorativos, que não pareceram se enquadrar a classes já definidas dentro de estudos específicos sobre esse tipo de material, usualmente voltados para períodos anteriores, principalmente do séc. XIX. Passando as marcas, foi possível reconhecer três selos de fabricação distintos: *Real*, *Dom Pedro II*, e *E.C* (Figura 8). A especificação de cada selo, com relação ao período de produção e proveniência encontram-se na Tabela 2.

Os selos de fabricação identificados apontam para produção nacional, especificadamente datando da década de 1950. Nesse momento, as fábricas citadas foram responsáveis por boa parte do consumo nacional. Além da produção doméstica usual, em especial, a marca Dom Pedro II ficou conhecida por sua grande produção para hotéis e restaurantes, associação que permaneceu com a marca durante toda

Figura 8: Fragmento de louça com o selo contendo as iniciais E.C (não identificado) acima à esquerda; fragmento com o selo da Fábrica Real acima à direita e dois fragmentos distintos com o selo da fábrica Dom Pedro II abaixo.



Fonte: dos autores.

sua duração.⁷ Tal informação leva a refletir sobre o fato de que o depósito esteja relacionado não somente ao lixo proveniente de residências, mas podendo ser o mesmo também de origem comercial.

Os materiais *plásticos* são poucos. Trata-se de parte de um antigo filme fotográfico analógico de 35mm, mais algumas peças muito avariadas, sem forma definida, das quais não foi possível extrair maiores informações. O modelo de filme fotográfico de 35 mm, facilmente reconhecível por suas perfurações sequenciais nas bordas e dimensões dos negativos, começou a ser produzido a partir da década de 1920.

7 Disponível em: <www.porcelanabrasil.com.br>. Acesso em 19 de novembro de 2014.

Tabela 2 - Relação de marcas específicas encontradas na classe das louças.

Nome	Período de Produção	Proveniência
Real	O modelo do selo utilizado coloca a peça especificamente na década de 1950	São Paulo
Dom Pedro II	O modelo do selo utilizado coloca a peça especificamente na década de 1950	Rio de Janeiro
E.C	Não identificado	Não identificada

Os fragmentos *cerâmicos* apontam apenas para alguns elementos isolados de material alaranjado. Embora não seja possível afirmar com confiança, em razão da baixa representatividade da amostra e das pequenas dimensões dos fragmentos, é provável que estejam relacionadas aos filtros de água. Os filtros, constituídos

Figura 9: Vela de porcelana para filtro da marca Francisco Pozzani S.A., de Jundiaí.



Fonte: dos autores

pelo conjunto de dois recipientes de argila e uma vela filtrante, começaram a ser fabricados no Brasil, especificamente no estado de São Paulo, em princípios do século XX. Nesse momento, surgiu uma maior preocupação com a qualidade da água em razão dos problemas de saúde pública e das epidemias causadas pelo consumo de água imprópria (Bellingieri 2004). A água, assim, além de ser tratada pelo saneamento público, passou, ao mesmo tempo, a ser filtrada no âmbito doméstico. Vários utensílios ligados a essa prática, como cuias, jarras e moringas de

Figura 10: Bisnaga metálica da pomada “Hipoglós” (à esquerda) e bisnaga de pasta de dente ou pomada (à direita).



Fonte: dos autores.

barro, asseguravam o consumo limpo e fresco da água. De acordo com Júlio César Bellingieri (2004: 161):

A partir de 1930 o filtro difundiu-se e tornou-se o principal equipamento de filtração doméstica, quando diversas empresas, como Filtros Salus (São Paulo-SP), Pozzani (Jundiaí -SP) e Stéfani (Jaboticabal-SP), especializaram-se nesse produto e passaram a atender ao mercado nacional.

Na amostra pesquisada, foi identificada uma vela filtrante das Indústrias Francisco Pozzani S.A. (Figura 9). A empresa foi fundada em Jundiaí, em 1934, inicialmente para a produção e venda de velas para filtros. Na década de 1940, também passou a fabricar jogos de porcelana para uso doméstico e, em 1953, “já possuía 380 funcionários e uma produção diária de 35.000 peças cerâmicas, comercializadas em todo o país” (Bellingieri 2004:185).

Finalmente, a categoria dos metais pode ser dívida também em dois conjuntos. O primeiro, de algumas bisnagas de pomadas, entre as quais pode-se identificar a da marca Hipoglós; o segundo, de lascas indistintas de material metálico (Figura 10). Quanto as bisnagas, não foi possível estabelecer sua data de fabricação com exatidão. A marca em si é nacionalmente conhecida e foi introduzida no mercado brasileiro em 1939, inicialmente fabricada pelo laboratório *Andromaco Co.*⁸

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise das características do sítio e dos materiais nele encontrados, podemos fazer algumas inferências. Em primeiro lugar, observa-se clara associação dos depósitos com períodos recentes, especialmente na primeira metade do século XX. Tal constatação apoia-se nos indícios datáveis encontrados, sejam eles construídos a partir das características morfológicas e físicas dos artefatos (vidros, louças, cerâmicas), ou obtidos por suas relações contextuais, por sua vez identificados por meio de dados documentais. Em segundo lugar, foi possível perceber a aparente associação entre o grau de fragmentação dos artefatos e suas matérias-primas. Com a exceção de algumas peças de metal, somente foram encontrados objetos inteiros ou fragmentos remontáveis dentro da categoria dos vidros. Nas demais categorias, os vestígios resumiram-se a fragmentos isolados ou capazes de serem remontados de forma parcial, nunca se aproximando de uma

⁸ Disponível em: <<http://www.hipoglos.com.br/hipoglos-amendoas-historia.php>>. Acesso em 19 de novembro de 2014.

peça inteira. Indo além, podemos sugerir que tais relações indicam um padrão específico de consumo e descarte. Com o avanço da massificação dos produtos e o barateamento das produções industriais, tornou-se menos interessante guardar ou reaproveitar objetos relacionados ao armazenamento de produtos (como fracos e garrafas) após o uso de seu conteúdo. Aliado à ideia de que o lixo deveria ser descartado rapidamente longe das áreas residenciais para que não atraísse animais ou doenças, o descarte de frascos e garrafas inteiras (como meras embalagens) pode ter sido uma prática comum. Quanto às louças, por outro lado, uma vez que são objetos de uso contínuo, têm a quebra como uma de suas maiores e mais usuais causas de descarte.

Outro enfoque possível é a correlação das classes de artefatos com usos específicos. Sabe-se comumente que a maioria dos recipientes feitos em vidro serve para o armazenamento de líquidos e, da mesma forma, que as louças geralmente estão relacionadas com atividades de consumo e preparo de alimentos. Ultrapassadas as ligações mais óbvias, no entanto, as classes de materiais encontradas no sítio podem ser atribuídas não somente ao contexto doméstico de uso cotidiano, mas também ao uso comercial, como indicam as louças analisadas. Quanto às outras categorias, apenas alguns elementos isolados são distinguíveis, os quais não se deslocam destas proposições, como por exemplo, os filmes fotográficos, as pomadas em metal ou os fragmentos de cerâmicas.

Mais ainda, os materiais evidenciados apresentam traços associados a hábitos de higiene e de maneira geral, cuidados com o corpo e a saúde. Não somente os frascos de remédios, pomadas e cosméticos, como também a predominância de louças brancas na amostra podem indicar, de acordo com o posicionamento de certos autores, que, como foi apontado no decorrer no texto, não são únicos, os modos pelos quais a ideologia higienista, presente nas medidas em prol do saneamento e embelezamento da cidades, adentraram nas casas e nas mentalidades dos habitantes de Belo Horizonte na primeira metade do século XX. Nessa conjuntura, foram sendo forjadas novas concepções sobre o que era considerado sujeira e doença, tanto nos espaços públicos, como nos comportamentos e costumes da população. Tais concepções criaram normas de convívio e novas necessidades de consumo (cosméticos, louças brancas, remédios, filtros de água) dentro dos próprios espaços domésticos, particulares, aos quais muitas vezes as políticas públicas não tinham acesso imediato. Por outro lado, vale ressaltar que parte das louças pode estar relacionada a hotéis ou restaurantes, isso devido à espessura das bordas, a presença de louças brancas com xícaras e pires, etc. Tais elementos se opõem às louças finas brancas e decoradas de uso doméstico.

Outro ponto importante diz respeito à natureza do depósito arqueológico. Apesar de não sabermos com exatidão sua proveniência (região, bairro, classe

social que o produziu etc.), o depósito compreende um conjunto coeso entre si quanto ao seu conteúdo. Ao mesmo tempo, as incidências repetem-se ao ponto de formarem um padrão, que como exposto acima, pode ser interpretado como ligado a usos específicos, e, portanto, origens conexas. Nesse sentido, sejam coletivas ou particulares, primárias ou fruto de acúmulos secundários, a amostra analisada – que pode não ser representativa de todo o depósito arqueológico situado na área do MHNJB-UFGM – aproxima-se principalmente do consumo e descarte cotidiano proveniente de unidades residenciais, por outro lado, alguns elementos apontam para proveniência de usos comerciais. Seria interessante a continuidade dos estudos para que tais possibilidades fossem esclarecidas.

Ainda, um aspecto interessante a ser desenvolvido seria um estudo sobre o momento em que os materiais plásticos são difundidos de maneira ampla na sociedade. A ausência ou raridade de tais materiais no conjunto de lixo analisado poderia contribuir como um elemento cronológico de datação do mesmo.

Ainda, seria interessante, na continuidade da pesquisa recorrer abordagens dos autores que participam ao debate teórico e conceitual sobre a arqueologia urbana. Buscar a inserção da cidade no discurso capitalista e industrial, através dos vestígios deixados no sítio.

Por fim, é possível associar os depósitos evidenciados com o sistema de queima e processamento de lixo que, a partir da década de 1930, existiu na região do Horto Florestal, como relatado anteriormente. No provável período de formação do sítio arqueológico (de 1930-1960), a área em questão estava inserida no *Espaço de Experimentação de Agricultura*, que produzia insumos agrícolas para a produção e distribuição de plantas. Assim, pode-se facilmente pensar que a matéria orgânica fosse incinerada nos fornos que existiam nas proximidades, para que posteriormente fosse utilizada como adubo, enquanto que os resíduos inorgânicos fossem depositados em locais específicos (como, no caso, na área estudada). Alertamos, no entanto, para a necessidade de estudos mais aprofundados para que tal hipótese se confirme. O mesmo pode ser dito do potencial informativo dos vestígios coletados, que não se esgotam nesse trabalho, e merecem uma revisão mais detalhada e cuidadosa.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos, em especial, ao professor Marcos André de Souza, pela disponibilidade e auxílio com a análise do material arqueológico. Assim como aos pareceristas, que muito contribuíram para a melhoria do mesmo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAS, Maria E. O. 1998. Memória do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG. Coordenação. Setor de Museologia MHNJB. Belo Horizonte.
- ARAÚJO, Maria M. M. 1997. A vida nos subúrbios: memórias de uma outra Belo Horizonte. In: Cadernos de História, v. 2 (3): 50-56.
- ARREGUY, Cintia A.; RIBEIRO, Raphael R. (Coord.). 2008. Histórias de bairros [de] Belo Horizonte: Regional Leste. Belo Horizonte: APCBH; ACAP-BH, 58 p.
- BAIMA, Carlúcio de B. 2011. Remédios Que Curam: uma leitura das propagandas e da utilização dos medicamentos pela sociedade ludovicense (1850-1900). In: II SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DO MARANHÃO OITOCENTISTA. 07 a 10 de junho de 2011. Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, São Luís.
- BELLINGIERI, Júlio C. 2004. Água de beber: a filtração doméstica e a difusão do filtro de água em São Paulo. In: Anais do Museu Paulista. São Paulo, v.12:161-191.
- BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. 2000. Superintendência de Limpeza Urbana. Limpeza Urbana na Belo Horizonte Centenária. Belo Horizonte, 176 p.
- BUENO, Eduardo (Org.). 2008. Vendendo Saúde: história da propaganda de medicamentos no Brasil. Brasília. Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
- CHALHOUB, Sidney. 1996. Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo. Companhia das Letras.
- COSTA, Ana Carolina S.; ARGUELHES, Delmo de O. 2008. A higienização social através do planejamento urbano de Belo Horizonte nos primeiros anos do século XX. In: Universitas Humanas. Brasília, v.5(1/2):109-137.
- ELDER, Flávio C. 2006. Boticas & Pharmacias: uma História Ilustrada da Farmácia no Brasil. Rio de Janeiro. Casa da Palavra.
- EL TONO DE LA VOS. Disponível em: <http://www.eltonodelavoz.com/2011/04/19/¿por-que-llamarle-«lineamiento»-cuando-debe-ser-«linimento»-cuba>. Acesso em outubro de 2014.
- FARIA, Tháisa S.; FARIA, Flávia S.; FARIA, Sérgio D. 2009. Mapeamento da diversidade e vulnerabilidades da reserva do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 14. Natal. Anais eletrônicos. Disponível em: <<http://urlib.net/dpi.inpe.br/sbsr@80/2008/11.16.16.30>>. Acesso 30 set. 2014.
- FIGUEIREDO, Betânia G. 1999. Barbeiros e cirurgiões: atuação dos práticos ao longo do século XIX. História, Ciências, Saúde - Manguinhos. v. 6(2):277-

- FONSECA, Daniela F. M. 2013. Higiene e educação em São João del-Rei (final do século XIX e início do XX). Anais do XXVII Simpósio Nacional de História. Conhecimento histórico e diálogo social. Natal, RN, 22 a 26 de julho.
- FOUCAULT, Michel. 2002. Os Anormais: curso dado no Collège de France (1974-1975). São Paulo. Martins Fontes.
- GAZETA DE MINAS. Disponível em: <<http://acervo.izap.com.br>>. Acesso em outubro de 2014.
- HENRIQUES, Alen B. 2005. Epidemias e urbanização: surto de febre amarela na Cataguases oitocentista. Dissertação mestrado. Rio de Janeiro. UFRJ/NESC/Faculdade de Medicina, 2005.
- HENRIQUES, Rita de C. C. 1997. A razão moldando o cidadão: estratégias de políticas higienistas e espaço urbano – Belo Horizonte – 1907-1908”. Cadernos de História. v. 2(3):57-63.
- IBGE. Estatísticas Do Século XX. Disponível em: <<http://seculoxx.ibge.gov.br/>>. Acesso em outubro de 2014.
- JONES, Olive; SULLIVAN, Catherine. 1985. The Parks Canada Glass Glossary: for the description of containers, tableware, flat glass, and closures. Quebec. Canadian Government Publishing Centre.
- GUIMARAES, Carlos Magno (Coord.). 2015. Vidros e Medicamentos para Arqueólogos. Relatório Final. Vol. II. Laboratório de Arqueologia. Universidade Federal de Minas Gerais/Fapemig, Belo Horizonte. 210 p.
- LEAL, Fábio M., SARMENTO, Luana de P. 2013. Minhocário como solução para o lixo orgânico gerado na cozinha piloto da cidade de Guarantã – SP. Universitári@. Revista científica do Unisalesiano. Lins, SP, ano 4, n.9, jul./dez.
- LIMA, Tânia A. *et al.* 1989 A tralha doméstica em meados do século XIX: reflexos da emergência da pequena burguesia no Rio de Janeiro. Dédalo, Publicações Avulsas, São Paulo, (1): 205-230.
- LIMA, T. A. 1989. Arqueologia Histórica: algumas considerações teóricas. CLIO. Série Arqueológica (UFPE), v. 5, p. 87-99.
- LIMA, Tânia A. 1996. Humores e odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX. História, Ciências, Saúde - Manguinhos, v. 2(3): 44-96.
- LIMA, Tânia A. 1999. El huevo de la serpiente: una arqueología del capitalismo embrionario en el Rio de Janeiro del siglo XIX. In: ZARANKIN, A., ACUTO, F. Sed non satiata – Teoria social en la arqueología latinoamericana contemporánea. Buenos Aires, Ediciones del Tridente.
- LORRAIN, Dessamae. 1968. An Archaeologist's Guide to Nineteenth Century American Glass. Historical Archaeology. Chicago, v. 2:35-44.

- MAJEWSKI, Teresita; BAKER, David. 2006. Ceramic studies in historical archaeology. In: HICKS, D.; BEAUDRY, Mary. (Org.). The Cambridge Companion to Historical Archaeology. Cambridge. Cambridge University Press.
- MINAS GERAIS. 1899. Decreto nº 1211, de 31 de outubro de 1898. Promulga as posturas da cidade de Minas. Imprensa Oficial de Minas Gerais. Coleção das leis e decretos do estado de Minas Geraes em 1898.
- OLIVEIRA, Selene de. 1997. Gestão de resíduos sólidos urbanos na microrregião homogênea Serra de Botucatu: caracterização física dos resíduos sólidos na cidade de Botucatu/SP. Dissertação, mestrado. Faculdade de Ciências Agrônomicas, UNESP.
- PORCELANA BRASIL. Disponível em: <www.porcelanabrasil.com.br>. Acesso em outubro de 2014.
- PUBLISITE. Disponível em: <http://estespublicitarios.blogspot.com.br/search/label/Aqua%20Velva>. Acesso outubro de 2014.
- REIS, João J. 1991. A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo. Companhia da Letras.
- SANT'ANNA, Denise B. (Org.). 1995. Cuidados de si e embelezamento feminino: fragmentos para uma história do corpo no Brasil. In: _____(org.). Políticas do corpo. São Paulo. Estação Liberdade.
- SARGES, Maria de N. 2002. Belém: Riquezas produzindo a belle-époque (1870-1912). 2ª. ed. Belém. Paka-Tatu.
- SIMÃO, Fábio L. R. 2012. Os homens da ordem e a ordem dos homens: vigilância, ação policial, concepções de ordem e legislação municipal em Belo Horizonte (1895-1930). Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada. v. 7 (12):15-42.
- SOUSA, Rainer. s/d. História do esmalte, site História do Mundo. Disponível em: <<http://www.historiadomundo.com.br/curiosidades/historia-do-esmalte.htm>>. Acesso em novembro de 2014.
- SOUZA, Rafael A. 2012. A epidemia do branco e a assepsia das louças na São Paulo da Belle Époque. Historia, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 19(4):1139-1153.
- SOUZA, Rafael A. 2013. Não somos estrangeiras! Pelas louças brasileiras. Cadernos do LEPAARQ: textos de Antropologia, Arqueologia, e a Patrimônio. Pelotas, v.10:159-182.
- SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. 1997. Grupos Domésticos e Comportamento de Consumo em Porto Alegre no Século XIX: o Solar Lopo Gonçalves. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas PUC-RS.

- SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. 2002. Louças e auto-expressão em regiões centrais, adjacentes e periféricas do Brasil. In: Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul: Cultura Material, Discursos e Práticas, ed. by Andrés Zarankin e Maria Ximena Senatore. Buenos Aires, ediciones del Tridente, 2002:31-62**
- TAVARES, Fábio L. 2013. A questão do lixo e dos catadores de papel nos anos 1960 e 1990 na cidade de Belo Horizonte. Para entender a história... ISSN 2179-4111. Ano 4, dez., série 03/12:01-15.**
- TOCCHETTO, Fernanda. 2001. A faiança fina em Porto Alegre: vestígios arqueológicos de uma cidade. Porto Alegre. Unidade Editorial da Secretaria Municipal da Cultura.**